

CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

ESTADO DE SÃO PAULO

MOÇÃO Nº 153/2017

EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

Lido e Aprovado no Expediente da Sessão Ordinária de 12 JUN. 2017

Moção de repúdio à postura adotada por professor da Unicamp frente a política de "cotas" na universidade

Nos termos do inciso II do Art. 184 do Regimento Interno, a presente Moção de Repúdio, nos seguintes termos:

Recentemente, uma opinião do professor Paulo Palma, da Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), exarada na página do Facebook do reitor Marcelo Knobel, causou polêmica e reação na instituição. Na mensagem, ele critica a adoção de cotas pela universidade:

"Caro Prof Marcelo Knobel, com a resolução publicada hoje, e com tantos cotistas ingressando na Unicamp, sugiro mudança de nome dessa universidade para Escola Estadual de Terceiro Grau Zeferino Vaz. Próximo passo será cotas para ingressar na carreira docente? Let's make Unicamp great again!"

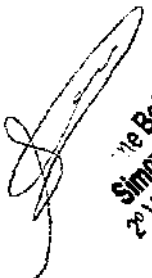
O docente acrescentou que quando permite as cotas, a universidade está "trocando cérebro por nádegas" já que o aluno cotista vai entrar na sala e não vai aproveitar nada. Ele, porém, rebateu as acusações de racismo. "Não me referi a raça nenhuma, eu me referi apenas a mérito", diz. Segundo ele, quem tem preconceito é quem defende cotas e acha que negros e índios são incapazes. "Não estou agredindo ninguém pelo fato de não estar de acordo. Estou mantendo direito de expressar minha opinião", completou.

(F o n t e : http://correio.rac.com.br/conteudo/2017/06/campinas_e_rmc/481708-professor-da-unicamp-anticotas-gera-polemica.html)

A discussão da necessidade ou não de cotas tem opiniões divergentes e tal situação é natural da democracia. No entanto, as expressões adotadas pelo professor Paulo Palma para manifestar sua opinião foram ofensivas e descabidas. Equiparar a reversa de vagas à troca de cérebro por nádegas é uso de expressão que demonstra. Um professor da Unicamp, que certamente tem conhecimento da língua culta e vocabulário extenso, tem condições plenas de se valer de palavras não ofensivas, sem zombaria, para manifestar seus argumentos em relação à necessidade ou não de se estabelecer uma política de cotas.

A necessidade de instituição de cotas é o cumprimento de um dever de reparação histórica à existência de um racismo estrutural na sociedade brasileira. No Brasil, negros e pardos representam 52% da população. O IPEA demonstra que 70% dos mais pobres no Brasil são negros, 66% dos domicílios nas favelas são de negros, e 60% dos presos são negros.

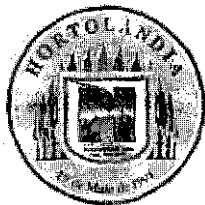
Nesse contexto o abismo entre oportunidades a que brancos e negros têm, tanto de estudo como de acesso a melhores empregos e cargos, precisa ser reparado, e a forma mais rápida é a reserva de vagas. Mas não se pretende que essa reserva seja eterna, por isso se propõe, nos moldes da lei federal, que as cotas para acesso a cargos públicos seja temporária, tendo a lei vigência por 10 anos.


Simone Betini
2º Vice Presidente


Valdecir Alves Pereira
Vereador


Franksmar Messias Barboza
Vereador


Thiago Mascarenhas
3º Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

ESTADO DE SÃO PAULO

Obviamente o ideal seria oferecer oportunidades iguais, com melhoria do ensino público fundamental e médio, mais chances de acesso a conhecimento às crianças. Mas essa realidade, a muito discutida, parece mais uma eterna esperança de que tudo se resolverá sem a necessidade de adoção de medidas reparatórias. O Brasil já tem mais de 200 anos de espera por dias mais igualitários, mais ainda convive com tratamento desigual entre ricos e pobres.

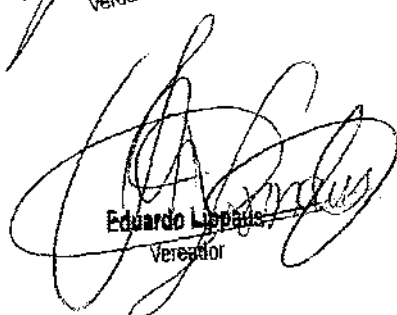
Há urgência na consolidação e aperfeiçoamento de ações reparatórias para que o futuro próximo seja mais igualitário e justo.

A “política de cotas” não pretende desvalorizar as dificuldades e a necessidade de grandes esforços de brancos e da classe média para conquistar o acesso a um cargo público. Mas pretende igualar um pouco as chances de acesso a candidatos que tiveram ainda menos oportunidades de enfrentar as demandas que o concurso público exige. Se para aqueles que tiveram boa educação e acesso aos estudos é difícil passar num concurso públicos, àqueles que não tiveram a tarefa se aproxima de um atos heroico. Não é possível se exigir esse heroísmo de cada criança pobre e negra. Por isso é justo e honesto oferecer tratamento desigual àqueles em situação desigual.

Diante disso, a Câmara Municipal de Hortolândia manifesta seu repúdio às expressões e manifestações nas redes sociais feitas pelo Professor Paulo Palma da Unicamp, **requerendo que, uma vez aprovada a presente moção de repúdio à opinião do Professor Paulo Palma sobre as cotas, seja dada encaminhada à Reitoria da UNICAMP, à imprensa da região, em especial ao Correio Popular.**

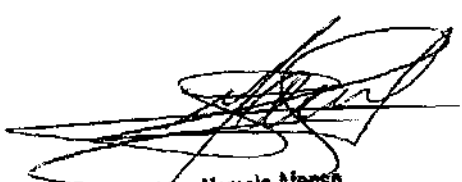
Sala das Sessões 07 de junho de 2017


José Garanto de Silva
Vereador


Eduardo Lippaus
Vereador

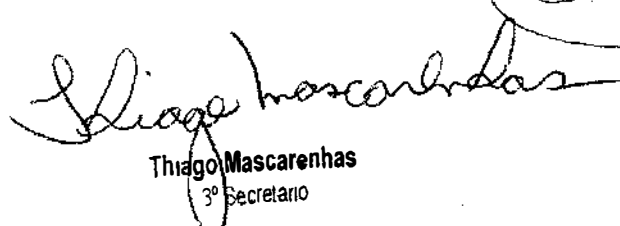

Valdecir Alves Pereira
Vereador


Paulo Pereira Filho
Vereador


Edmilson Marcelo Afonso
Presidente


Cledealdo Santos da Silva
Vereador


Frankmar Messias Barboza
Vereador


Thiago Mascarenhas
3º Secretário